

ATA DA 105ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES-MG, REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2021 (SEGUNDA-FEIRA), HORÁRIO: 09h00 às 12h00 NA PLATAFORMA VIRTUAL.

A reunião iniciou às nove horas, através da leitura da pauta única: Apresentação do Plano de Vacinação contra a Covid-19 e atual Situação Epidemiológica do Estado de Minas Gerais pela Secretaria Estadual de Saúde, pelo Vice- Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG), Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, em seguida foi proferida a verificação dos Conselheiros presentes e convidados. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson iniciou apresentando a pauta e requereu a apresentação dos Conselheiros e convidados. A Secretária Geral do CES-MG Lourdes Aparecida Machado informou que representa o Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais e na Mesa Diretora representa a entidade das Trabalhadoras e Trabalhadores. A Deputada Estadual de Minas Gerais, pelo Partido dos Trabalhadores, Beatriz Cerqueira Deputada Estadual, presidenta da Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa e titular da Comissão de Administração Pública, suplente da Comissão de Direitos Humanos, suplente da Comissão do Trabalho, Previdência e Assistência Social e suplente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Parabenizou o CES-MG pela Plenária e pela iniciativa. Informou que como Deputada Estadual a pauta a proferida e fundamental para Minas Gerais agradece o convite. Informa que em novembro fez os primeiros questionamentos ao Governo do Estado sobre o Plano de Vacinação do Estado e não foi apresentado a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Aprovamos requerimentos cobrando esse plano e seguimos fazendo o papel do Legislativo que é a fiscalização, de forma coerente, de forma ativa na defesa dos interesses da coletividade que é o nosso objetivo. Aproveito e cumprimento meu colega de ALMG Deputado Estadual Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT) Presidente da Comissão de Saúde da ALMG e coloco nosso mandato a disposição para defesa da vida e reforçando o papel de fiscalização, que é uma atribuição fundamental enquanto Deputada Estadual na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) apresentei outros requerimentos para os questionamentos ao Governo do Estado sobre a nossa atual situação e sigo acompanhado o trabalho da Plenária. O Vice- presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva informou que gostaria que o Deputado e Presidente da Comissão de Saúde da ALMG, Carlos Pimenta se apresentasse. O Deputado Carlos Pimenta informou que é muito importante essa discussão promovida pelo CES-MG para que possamos fazer os nossos questionamentos e ficar a par deste momento tão importante e crucial que estamos vivendo já nessa fase da vacinação. Estou ainda na Presidência da Comissão de Saúde e vamos ter nova votação a partir de fevereiro e caso seja escolhido pelos Deputados e pelas Deputadas para ficar mais dois anos. Estamos procurando trazer para dentro da Assembleia a discussão de Saúde Pública juntamente com CES-MG. Eu tenho elogiado muito a atuação do CES-MG que está muito diferente do passado quando o CES-MG era apenas um órgão homologador de algumas decisões que eram tomadas dentro dos palácios. Hoje o Conselho tem voz ativa e essa presença marcante e sempre atuante, é muito importante e fico muito a vontade de participar dessa reunião e queremos fazer algumas indagações ao Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, tendo em vista que Minas Gerais, no momento que recebeu vacinas para o combate da Covid-19. E a distribuição foi

extremamente rápida e ágil na para 28 regionais de saúde de Minas Gerais. Em Montes Claros, já chegou a segunda remessa da vacina da Oxford da Astra Zeneca. Estamos vendo que o Estado não está medindo esforços, é muito importante que nós possamos saber o que está acontecendo. Já que estamos nos primeiros passos da vacinação, daqui a alguns meses se Deus permitir teremos milhões de doses que precisam chegar rapidamente lá na ponta para vacinar nossa população. Espero que tenhamos um bom debate e tenhamos as informações necessárias e a partir desse debate possamos formular nossos questionamentos no estado de Minas Gerais. O Vice- Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG), Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG convida a se apresentar e dá boas vindas, a Promotora de Justiça em Saúde Dra. Josely Pontes Ramos, que cumprimenta a todos e se apresenta; bom dia a todos os Conselheiros, nossos Deputados Beatriz e Carlos sempre importante na nossa aproximação com o Legislativo. Informa que participou da reunião semana passa sobre a distribuição das vacinas e gostaria de incluir em algum momento a situação dos insumos pelo drama do Amazonas em razão da falta de oxigênio e outras medidas necessárias a pandemia. Os números são exorbitantes, o avanço do Minas Consciente e algumas medidas de flexibilização, associado a pressão do comercio da indústria sobre essas medidas restritivas, a questão da distribuição como o Deputado Carlos Pimenta falou e toda movimentação pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Está me preocupando a falta de oxigênio no Amazonas, insumos e medicamentos necessários para intubação. Agradece o convite é sempre uma honra estar nesses momentos de democracia e exercício do Controle social. O SUS não seria o que ele é se não fosse a participação intensa da sociedade. O Vice- Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG), Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG informa a presença do Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais. Dr. Carlos Eduardo Amaral, cumprimenta a todos e informa que a Secretaria começou a receber a vacina. Temos a possibilidades de novas vacinas, inclusive vindo da Índia. Informa que o mundo inteiro sofre com o aumento de casos causados pelo vírus SARS-CoV-2, assim como o Brasil que tem aumento em todos os estados. Minas Gerais não é diferente. Estamos vivendo a segunda onda, hoje nossas taxas de ocupação está próximas de 73%, Minas Gerais por ser um Estado muito grande, esta média varia bastante, as regiões de estresse maior tem se mantido equilibrado, tivemos alguns momentos próximos de 100%, mas tem se mantido estável dentro do topo. Nos chama atenção o risco de termos um aumento muito grande, a imprecisão é muito grande. Eu tenho participado de reuniões quase que diariamente com os demais secretários de saúde, alguns estados tem tido aumento severos, em Minas Gerais não sabemos se o vírus está circulando de forma intensa ou não, a suspeita é que estejamos na segunda onda, a Funed está fazendo esta investigação. Com relação aos insumos a equipe das regionais, tem sido o termômetro e os superintendentes, gerentes regionais tem mensurado está demanda por insumo, e o risco de desabastecimento para que gente possa estar mais atento, até o momento não tivemos uma sinalização importante de risco de desabastecimento de forma sustentada e em relação às empresas que fornecem oxigênio para Minas Gerais. A Secretaria de desenvolvimento econômico está acompanhando essa sinalização. Essas empresas atendem outros estados. Em algumas regiões importamos oxigênio de outros estados, no momento não é uma coisa que nos preocupa. Estamos fazendo na SES-MG um planejamento de gestão

de catástrofe caso venha explodir os casos. Hoje conseguimos ter uma ampliação de leitos a ponto de acabar o Recursos Humanos do estado em várias regiões. O que requereu a contratação de Recursos Humanos para trabalhar na linha de frente. Independentes da forma de contratação públicos ou privados já estão no limite, e temos que ter alternativas caso haja necessidade de uma ampliação de urgência de leitos. O Vice- presidente, Ederson Alves da Silva, solicita a continuidade da pauta e a Diretoria de Vigilância de Agravos Transmissíveis, Janaína Fonseca Almeida, traz as logísticas referentes ao plano de distribuição da vacina no Estado de MG contra COVID -19. O Vice- presidente, Ederson Alves da Silva, faz uma proposição antes da sua apresentação. Aproveita a presença do Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, e pede para responder as perguntas enviadas pelas Conselheiras (os). As indagações tem início com o Segundo Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Júlio César Pereira Souza, representa os usuários na Federação de Associação dos Moradores do Estado de MG (FAMEMG) pede esclarecimento da disponibilidade de vacinas no estado e os critérios utilizados. Informa que tem percebido que em alguns municípios a rede privada tem sido privilegiada em detrimento dos trabalhadores da saúde. A Deputada Estadual Beatriz Cerqueira informa que protocolou na ALMG a falta de utilização do parque fabril da FUNED na produção da vacina. O Vice- presidente, Ederson Alves da Silva, mencionou, a Funed não fez o planejamento para a produção da vacina, que assim como São Paulo com o Instituto Butantã. Na semana passada o Governo do Estado foi contatado pela mesma empresa que fez o convênio com o Butantã para a produção de vacina, em 2020 e as negociações não avançaram. Como estamos diante de algo avassalador e a vacinação é essencial. Solicita esclarecimento da falta de investimento, por parte do Governo para que Minas Gerais pudesse responder melhor e ter número suficiente de vacinas e contribuir no país para que tivéssemos uma vacinação em massa. o Segundo Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Júlio César Pereira Souza, representa os usuários na Federação de Associação dos Moradores do Estado de MG (FAMEMG) informa que estamos enfrentando no Estado a retomada de atividades, no momento temos indicadores péssimos, estamos lamentavelmente aumentando o número de mortes e contaminação e temos dificuldade no próprio sistema de saúde e várias rede iniciando atividades presenciais, municípios retomando atividades presenciais sem fiscalização sem apresentar condições de segurança as famílias e aos profissionais de educação é preocupante as consequências do aumento da contaminação no nosso estado. A Promotora de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais, Josely Ramos Pontes informa que recebeu na Promotoria da Saúde denúncias do uso inadequado da vacina, apesar reconhecer que essa é uma responsabilidade do município na entrega efetiva, no número de vacinas. Destaca que a entrega de vacina utilizado o CNES, um sistema que se apresenta desatualizado está preocupando a promotoria. Destaca o uso inadequado das vacinas, pessoas levando a vacina para casa, pessoas que não são da linha de frente do enfrentamento da vacina, com acesso a vacina. Esta me preocupando o controle de quem vai ser vacinado. Eu gostaria que SES-MG considerasse a possibilidade de ter uma aproximação dessa pauta, do uso inadequado acesso as vacinas fora do Plano Nacional de Imunização (PNI) para que este fato não vire apenas um caso de policia. Gostaria de aproveitar a presença do Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais para pedir a SES-MG que desenvolva alguma ação no sentido de tentar evitar o uso inadequado das vacinas.

O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Maurício Silva Vitor Amaral, segmento usuário, pela TRANSVIDA que representa a categoria de transplantes, pede esclarecimento de como ficarão os pacientes renais crônicos de hemodiálise e transplantados, nesse plano estratégico que o Estado e no plano estadual de imunização. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Claudete Liz de Almeida, segmento usuária pela entidade UGT, aposentados e idosos, requisita uma frente de enfrentamento de prioridade vacinação para os aposentados, pensionistas e idosos. O Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais Carlos Eduardo Amaral, informa que em relação aos critérios da primeira dose, temos o Programa Nacional de Imunização Ministério da Saúde, ele adquire as vacinas e junto com o CONAS e CONASEMS, e define os grupos prioritários. A medida que for chegando as doses, nessa primeira fase da vacinação o Ministério Público optou pelos grupos de maiores riscos de internação e de surtos, os idosos em instituição de longa permanência e cuidadores de idosos, os deficientes institucionalizados e cuidadores, indígenas, grupo inicialmente prioritários para evitar surtos. Na nossa visão assistencial, temos um volume muito grande de pessoas com potencial de doença. O segundo grupo são os profissionais de saúde, trabalhadores de saúde, diretamente relacionados à assistência da COVID-19 todos da saúde serão vacinados como grupo prioritário. A vacinação estará progredindo conforme chegada das doses que forem distribuídas. Tenho acompanhado muito de perto essa chegada das doses e a distribuição no país, um quantitativo de trezentos milhões de doses encomendadas. Estive conversando com os representantes da Bharat, empresa fabricante de vacina indiana, para trazer mais vacinas para o país, e o mundo inteiro enfrenta este gargalo de vacinas, há uma competição entre todos os países para se conseguir vacina. Em alguns momentos teremos aceleração da o médico infectologista Dario Brock Ramalho, presidente da Fundação Ezequiel Dias (Funed) está muito engajado nisso e pode dar detalhes mais atualizados destas negociações. Em relação ao retorno da Educação temos vários pontos técnicos para serem tratados, quinta-feira eu recebi a Sociedade Mineira de Pediatria e foram taxativos quanto ao retorno as aulas. Em março tínhamos pouco conhecimento, era um pavor muito grande sobre o risco da doença em todas as faixas etárias, depois em agosto, setembro, fizemos um estudo grande na SES-MG e a SEE-MG, e sinalizamos a possibilidade de ter um retorno as aulas de forma programada, planejada, cuidadosa, escalonada e não voltar tudo de uma vez, porque deixar crianças em casa não é adequado, haja vista que hoje já estamos tendo mais óbitos dos estudantes por conta de suicídio e acidentes do que por conta da doença, temos que levar em consideração, o impacto de longo prazo destes estudantes em casa, fora do ambiente de convívio social. Em relação à proteção dos professores, temos a media que a parcela muito grande abaixo de 50 anos e não estariam nos grupos de riscos maiores e naturalmente os grupos de riscos serão tratados com a devida atenção. Eu acho importante lembrar que os profissionais de saúde são expostos ao risco laboral muito grande. Quanto ao retorno às aulas, professores tem que trabalhar e se cuidar. Avaliamos o risco de saúde, os estudantes em geral fazem a infecção com mínimos sintomas, ponto de vista técnico, confirmei com a Sociedade Mineira de Pediatria, e pedi que documentasse isso através de um estudo. E uma informação agora mais recente, e que os estudantes principalmente crianças mais novas tendem a fazer a infecção pelo Coronavírus sem sintomas, inclusive com baixa carga viral. São muito poucos os transmissores da doença. Nos países

desenvolvidos, a Educação tem sido priorizada. O retorno as aulas se dá pela necessidade de equilíbrio de ter o cuidado global. Mas esta falta de perspectiva do retorno compromete uma geração como um todo, inclusive a parte psicológica destes estudantes. Em relação a fiscalização das doses eu acho nós estamos atentos e preocupados e temos disponibilizado a ouvidoria do estado para denúncias. É importante que todo cidadão entenda, que existe um critério. O município tem suas equipes responsáveis pela distribuição da vacina eles estão sendo orientados. Eu já fiz umas três videoconferências com orientações aos mesmos. O Estado é muito grande e as pessoas também são diversas, um ou outro que não aceita esperar e quer furar a fila, é uma questão ética e moral do individuo e temos que tomar uma atitude se comprovar que isso aconteceu, tem que ser reforçado a questão cultural, o posicionamento individual, não é aceitável que a gente fure fila, uma vez que tem pouco volume de vacina. O reforço está chegando, já existe uma contratualização com um numero muito grande de vacinas e estamos tendo restrição do numero entregas, e uma competição muito grande, o Brasil historicamente teve um processo de desindustrialização e hoje nós somos em grande parte dependente do exterior. Mesmo que se fale em Butantã, Fiocruz estes apenas diluem e embalam as vacinas, quem produz o principio ativo e a Europa, Índia ou China. Em relação aos grupos, de pacientes crônicos, idosos são os primeiros que estão na fila, a Diretoria de Vigilância de Agravos Transmissíveis através da Janaína Fonseca Almeida fara a apresentação neste sentido. A determinação do Ministério da Saúde será assim que os profissionais de saúde estiverem vacinados, adentraremos aos grupos dos idosos, pacientes com doenças crônicas, evitando maior risco. O Deputado Carlos Pimenta informa que como médico, gostaria de ser tranquilizado pelo Dr. Carlos: Vimos a chegada de 18 pacientes de Manaus no aeroporto de Uberaba e foram direto para o Hospital Regional. Nós sabemos que essa variante do CORONAVÍRUS, surgiu em Manaus e todas as fronteiras foram fechadas para o Brasil, por ser altamente infecciosa, em uma velocidade incrível. Esses pacientes que chegaram em Minas Gerais , não estou questionando o acolhimento, mas isso não traz algum perigo para que essa cepa chegue a Minas Gerais? E possa acelerar a transmissão no Estado? O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade CRF-MG, informa que fez uma lista grande de dúvidas que espero que a Janaina possa responder, mas alguns pontos me preocupam Secretario. Na sexta-feira passada algumas Macros regionais, inclusive a nossa, a Macro Centro-sul, retiraram os conselhos de saúde das reuniões de macro, isso é preocupante, porque estamos participando destas reuniões. Assim como a questão da vacina facultativa da portaria 23787, que abre um precedente perigoso para outras vacinas seria interessante falar sobre isso. Outra coisa é o Estado em minha opinião está esclarecendo muito pouco às informações sobre a logística de atendimento a pandemia em Minas Gerais. Porque quando você tem a informação divulgada por meio de imprensa é uma coisa e pelo Estado é outra, com relação aos insumos pelo menos na nossa macro tem havido muita troca de insumos nos município. A conselheira estadual de Saúde de Minas Gerais, Rosália Aparecida Martins Diniz, segmento gestor, entidade SEE-MG, questiona o prazo e a previsão de vacinação de servidores , e a estimativa de retorno as atividades presenciais .O Segundo Secretário da Mesa Diretora do CES-MG Júlio Cezar Pereira Souza , entidade FAMEMG, segmento usuário questiona o critério de

distribuição das vacinas para os hospitais públicos e privados, o quantitativo de idosos vacinados, reforça a necessidade das informações dos critérios de vacinação no Estado de Minas Gerais e a necessidade de uma construção coletiva para divulgação e esclarecimento das informações sobre o critério de vacinação que envolva o Controle Social, a ALMG e SES-MG. O Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, Carlos Eduardo Amaral informa Manaus esta numa situação muito crítica e todos os Estados estão auxiliando. O que fizemos junto a Prefeitura de Uberaba, foi orientar que os pacientes sejam tratados de forma isolada, acompanhados pela Vigilância Estadual no sentido de rastrear a propagação do vírus. Muitos moradores de Manaus, tem saído em voos comerciais ou fretados para outros estados da federação, para buscar atendimento, já migraram para o Nordeste, Sudeste, temos que ter vigilância. O primeiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato de Almeida Barros, segmento trabalhador, entidade SINDSAÚDE, elogiar o trabalho dos trabalhadores de saúde, informa que em nenhum momento eu vi citar este grupo. Os bravos companheiros do SAMU, o atendimento aos profissionais da linha de frente a COVID 19. Propõe uma discussão com relação a Funed. Informa que em Manguinhos, no Rio de Janeiro e São Paulo há medidas de estruturação para fazer o atendimento. Sugere aprofundar estes investimento para que a Funed possa cumprir o seu papel social. A Segunda Diretora de Comunicação do CES-MG, Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, segmento prestador, entidade AHFMG, destaca a portaria municipal que foi publicada em junho de 2020, que menciona os incentivos para cobertura dos leitos de retaguarda para média e alta complexidade, que foi revogada, e retirado o incentivo para todos os hospitais que disponibilizaram os leitos para cobertura para retaguarda, informa que não vê um cenário estabilizador, tranquilo para acontecer no dia 7 de janeiro. O Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES-MG), Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, informa que as perguntas encaminhadas pelo CES-MG serão todas respondidas após apresentação do Plano Estadual de vacinação, assim como as que foram direcionadas ao Secretário Estadual de Saúde. O Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, João Márcio Silva de Pinho, informa que quanto à exclusão da participação dos Conselhos Municipais de Saúde nas reuniões das Macrorregiões de saúde reforçará junto ao Subsecretário de Gestão Regional Darlan Venâncio Thomaz Pereira, que coordena o trabalho das regionais para ver se temos um retorno nesse sentido. Quanto a questão da vacina facultativa do COVID-19, informa que nesse momento, somos estabelecimento legais, tivemos uma lei aprovada no estado de Minas Gerais que retirou a obrigatoriedade. Acreditamos que de fato ela precisa ser facultativa nesse momento. Acho que precisamos verificar como vai ser o andamento da pandemia e da vacinação, e contaremos com o apoio da ALMG se houver alguma necessidade técnica de alteração nesse sentido. E tenho certeza de que nosso corpo legislativo vai estar sensível a questão. Precisamos aplicar as diretrizes que foram feitas. Informa que a Secretaria de Saúde de Minas Gerais, teve pouca margem para fazer uma construção coletiva, as determinações vieram do PMI, e veio de forma efetiva no domingo anterior ao recebimento das vacinas, já tinha estabelecido os grupos prioritários o que requereu fazer uma reestratificação do grupo 1. No que diz respeito a questão dos idosos, os acima de 75 anos estavam no grupo 1, estamos trabalhando agora uma estratificação do grupo 1, e não houve tempo hábil nem margem vinda governo

federal para uma construção coletiva. Informa que tem uma relação muito próxima com o SAMU e o Corpo de Bombeiros. Em relação à FUNED, temos tentado de fato fazer todos os reforços, orçamentário e financeiro. Para não termos nenhum tipo de impacto no acordo tecnológico que temos com a empresa GSM e com previsão de um reforço nesse ano relativo ao contrato por parte da nossa gestão, com vista a produção de vacinas. Informa a Segunda Diretora de Comunicação do CES-MG, Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, segmento prestador, entidade AHFMG, informa a Superintendência de Regulação através de Juliana Ávila fará um panorama dos leitos de retaguarda. O Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, Carlos Eduardo Amaral informa que não teríamos contingenciamento de recursos para leito enfrentamento da pandemia, por parte do Estado, seja leito de retaguarda, seja de UTI já temos diretriz para destinar os recursos para esse momento. Inicia a apresentação Subsecretária de Vigilância em Saúde, Janaína Passos de Paula, seguindo a pauta: “Vacinação contra a Covid-19 em Minas Gerais”. A intenção é deixar o mais claro possível quais são as nossas diretrizes técnicas em relação as vacinas. Estamos felizes, apesar de trabalhar muito sem hora de acordar e de dormir. É muito gratificante poder fazer a distribuição das vacinas para o Estado de forma mais transparente e segura de acordo com os preceitos do programa nacional de imunização. As ações realizadas no Plano de Contingência Estadual que começamos a idealizar em agosto de 2020, construído em 3 partes, campanha, pré-campanha e pós- campanha, nos eixos estruturais, assistência vigilância epidemiológica, comunicação e forças de segurança e foram realizadas de acordo com o cronograma: Logística e distribuição; Parcerias com outros órgãos e instituições; Expansão dos CRIE; Capacitações de Servidores; Contratação de RH. As ações mais importantes, impressão de cartões de vacina; Ajuste das Redes de Frio Regionais; 617 Câmaras Refrigeradas doadas a 462 municípios e 100 para URS; 50 milhões de seringas (R\$ 35,15 milhões) para campanha COVID-19 e outras campanhas. A primeira remessa de vacina foi recebida pelo Estado no dia 18/01 foi a CORONAVAC, duas doses, com intervalo de aplicação de 15 dias, total de doses recebidas 577.480, com expectativa de 275.088 pessoas vacinadas. A Logística de distribuição teve premissas básicas, Segurança; Controle de lotes e dos eventos Adversos; Preservação do imunizante; Agilidade na Distribuição. O Fluxo de distribuição de todas as demais vacinas, foi melhorado com mais agilidade nas distribuições com uso de aeronaves. O Ministério da Saúde envia a vacina, a SES-MG recebe as vacinas diretamente na Central Estadual de Redes de Frio, depois são distribuídas para as 28 URS e os municípios que buscam as vacinas nas URS e distribuem para as suas salas de vacinas. O Percurso da vacina: Dia 18/01 saída do Aeroporto de Guarulhos (SP), dia 18/01 as 20h48 chegada ao Aeroporto de Confins (MG); dia 18/01 as 22h27 chegada à Rede de Frio da SESMG; dia 19/01 distribuição as URS início as 4h30, fim 19/01 as 14h56; Distribuição da Rede de Frios das URS para 856 municípios; Distribuição das vacinas pelos municípios às unidades de imunização locais e início efetivo da vacinação. Quanto aos Critérios de prioridades das fases de vacinação, nós seguimos os preceitos feitos pelo Ministério da Saúde: Preservação do funcionamento dos Serviços de Saúde; Proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolvimento de formas graves e óbitos; preservação do funcionamento de serviços essenciais e da proteção dos indivíduos com maior risco de infecção. Conforme informe técnico do Ministério da Saúde, os critérios de vacinação iniciaram

com as pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas, os deficientes físicos institucionalizados, povos indígenas, trabalhadores de saúde. E depois as pessoas de 80 anos ou mais, 75 a 79 anos e assim consecutivamente contemplando outras faixas etárias. Pessoas com comorbidades estipuladas pelo Ministério da Saúde, pessoas com deficiências graves, pessoas em situação de rua, privados de liberdade incluindo os funcionários do sistema prisional, trabalhadores da educação etc. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informa que as perguntas que foram encaminhadas ao CES-MG serão repassadas à Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais para que possam ser respondidas posteriormente. Solicita que cada Conselheira (os) e Convidadas (os) por ordem de inscrição faça sua pergunta. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Machado, segmento trabalhador, entidade CRP_MG destaca o grande o número de perdas para a Covid-19, se foram encaminhadas 577.480 doses, para 275.088 de pessoas, pede explicação da lógica dessas perdas. Informa que têm recebido no Conselho de Psicologia, reclamações de muitos trabalhadores dentro do trabalho essencial que foram convocadas para trabalhar e não estão sendo priorizadas nesse momento da vacinação. Gostaria de saber qual o plano do Governo para estes profissionais. O Conselho de Psicologia fez um ofício que vai ser encaminhado para o Governo para tentar entender isso. Os trabalhadores não são contemplados nas prioridades, convocados para trabalhar no serviço essencial. Há um paradoxo, somos essenciais, mas, não somos contemplados com a vacinação. Segundo Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Júlio César Pereira Souza, representa os usuários na Federação de Associação dos Moradores do Estado de Minas Gerais, (FAMEMG) destaca uma fragilidade por parte do Governo Federal, desde início. Falta de habilidade para tratar, falta compreensão o que é logística por parte do Ministro da Saúde, problemas na autonomia. Porque a Funed não criou condições para produzir a vacina? Tem o plano do PMI, qual autonomia que os Estados e os Governos para poder tomar suas próprias providências em relação a esse processo de vacinação? Essa distribuição de vacinas da forma que está sendo feita, sem priorizar o profissional da saúde, independente de onde ele esteja, qual nível ele esteja, prejudica a imunização. A maioria ou quase a totalidade das pessoas passam pela Unidades Básicas de Saúde, as vezes de forma assintomáticas ou sintomas muito fraco, o nível de transmissão na UBS é muito grande até chegar no hospital, e o tanto de profissionais de saúde envolvidos nesta linha de frente mais a população que circula nesse local, é significativo. Qual alternativa foi apresentada? Quais os critérios ? A circulação é muito grande e o estado tem 22.000.000 de pessoas. Qual a perspectiva de vacinação do total da população, ou pelo menos 70% e qual o prazo? A conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerias, Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhador, entidade CRESS, pede esclarecimento em relação a distribuição de Cloroquina e a comprovação da eficácia do uso na COVID 19 e se tem distribuído o kit. Como a SES-MG tem controlado as perdas das vacinas COVID- 19 em processo de aplicação? Os servidores da Atenção Primária na linha de frente que recebem mais de 80% da população que procura o serviço de saúde do SUS serão vacinados, quando? Os trabalhadores da Assistência Social em trabalho Intersectorial junto com os trabalhadores da Atenção Primária de Saúde, com a população vulnerabilizada serão contemplados quando? Porque a SES-MG insiste em não seguir as leis 8080 e 8142, não apresentando ao CES-MG o plano de vacinação antes da implementação .Propõe a SES-MG apresentar detalhadamente

as doses da vacina, os critérios, dos 853 municípios. Quais municípios receberam as doses da vacina? Quais orientações foram repassadas? Porque vemos divergência na distribuição dessas vacinas. Apresentar informação do contato com o Governo, Chinês com relação a Funed. Foi feito parcerias com a FIOCRUZ e Butantã com as universidades para melhorar a questão da imunização? Porque a SES-MG não fortalece a Funed como indústria na área de imunizantes ao invés de propor essa junção com a ESP-MG? Porque o Estado não investiu no SUS tendo em vista o tempo de pandemia e a comprovação de que o SUS consegue dar a resposta mais eficaz a saúde pública. O que está sendo feito, debatido, programado, planejado, para a volta as aulas com segurança, tanto para professores, alunos e familiares? Qual o plano governo tem para as famílias que estão passando fome nessa pandemia ? Muitas pessoas perderam seus empregos, e o que tem sido feito nesse sentido de garantir a segurança alimentar? O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Cordovil Neves de Souza, segmento usuário, entidade MORHAN informa que idosas e idosos de longa permanência nas casas de saúde da FHEMIG antiga colônia de Hanseníase não foram vacinados. Solicita a cobrança de vacinação aos municípios de Betim, Três Corações, Ubá, Bambuí. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, segmento usuário, entidade FAPMG informa que recebeu boa noticia, de que em Conselheiro Lafaiete os idosos das casas começaram a ser vacinados hoje. Os servidores, dessas casas, e instituições de longa permanência, querem saber quando serão vacinados. Gostaria de saber se o plano de vacinação vai estar a nossa disposição logo após a reunião? E lembrar que dentro desse processo que temos que acompanhar a habilitação dos leitos COVID em MG, os investimentos que foram feitos e as prestações de contas, principalmente prestação de conta quadrimestral na ALMG. E reforçar o pedido aos deputados no sentido de que possamos observar o Orçamento de 2021 e 2022 e reforçar a necessidade de maiores investimentos no SUS porque sem o empenho dos profissionais de saúde teríamos um caos no Brasil. A Diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis/SES-MG, Janaina Fonseca Almeida informa que foi realizado um diagnostico que previa a realização desse diagnóstico bem aprofundado, com as URS, principalmente com as Centrais Regionais de Rede de Frio, junto as unidades regionais nos municípios o que possibilitou o quantitativo de compra câmaras, seringas, de adequações nas questões estruturais, e dos pontos previstos, no Plano Estadual de Contingência. Quando fizemos algumas reuniões com o Ministério da Saúde percebemos que a vacina viria de forma escalonada, optamos por não fazer a locação do container, não seria necessário. Nós temos as câmaras refrigeradas na central estadual de redes frio, FUNED também colocou a disposição nosso almoxarifado. As ações de comunicação, pensamos em criar um plano de comunicação conjunta com a área técnica e com a assessoria de comunicação do Governo Estadual com vistas a orientar as pessoas em relação a segurança dessas vacinas e a necessidade de aguardar os grupos de vacinação, já foi pautado e em breve estará disponível para auxiliar os municípios. Os Centro de Referência de imunobiológicos especiais abriu edital para os municípios se cadastrarem, houve a publicação da resolução prevendo o fornecimento de recursos para ampliação dos SAIS, CTAS e SAIS ampliados, até amanhã os municípios enviaram os projetos para analise via comissão montada para este fim, com vistas a dar retorno, sobre quais municípios e serviços serão contemplados, lembrando que além dos centros de serviços de imunobiológicos

esses SAIS vão ser incorporados pelo SUS com profissionais e equipamentos para ampliar o atendimento as condições crônicas no Estado, tuberculose, Hanseníase e Leishmaniose, conforme previsto no plano de contingência. A segunda edição do Plano de Contingências já está sobre avaliação das áreas e entramos na fase de campanha. É o momento de rever o plano e as estratégias e dar transparências as ações que já foram realizadas. Essa segunda versão já está sendo analisada pelas áreas e em breve será divulgada, lembrando que a primeira versão foi sim apresentada para o CESMG, provavelmente nos meses de outubro ou novembro. Em agosto de 2020 estamos construimos o plano e foi apresentado para todas as estancias possíveis CIB, Governo do Estado, CES-MG, Comitê Integração das Forças de Segurança, foi amplamente apresentado e divulgado, consta no site da saúde e pode ser consultado. Em relação aos trabalhadores dos municípios, recomenda-se que façam a vacinação desses trabalhadores, na medida de recomposição de doses da equipes. Mas é bom lembrar que o município é o conhecedor do território, entende a realidade local, e precisa fazer seus planos de vacinação e remanejar doses dentro dos grupos prioritários. Está sendo orientado que façam a vacinação desses trabalhadores afastados. É protocolo do programa nacional de imunizações separar um quantitativa de 5% de previsão de perdas ou demais readequações que sejam necessárias em relação aos grupos. Nós esperamos ter poucas perdas, controlamos através do sistema de informação, SIES conseguimos saber tudo que foi dispensado pela Regional de Saúde, e tudo o que o município recebeu no Sistema Nacional do Programa de Imunização informa tudo o que ele aplicou, para controle dessas perdas e recompor caso seja necessário. O fabricante da Astrazenica é a Fiocruz a Lourdes tem razão vou corrigir. As prioridades são diretrizes do PNI, os grupos que foram apresentados terão disponibilidade de vacinas. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado informa que as categorias de profissionais precisam de resposta, porque os trabalhadores são colocados em trabalhos essenciais, estão em contato com pacientes e não estão incluídos na prioridade de vacinação. Temos que questionar isso como Estado. Quanto ao tratamento preventivo o Estado de Minas Gerais nunca recomendou e nunca enviou tratamento preventivo, seguimos as comunidades científicas, todos os tratamentos possíveis sinalizados, foram efetivos In vitro e não foram efetivos em humanos e a Sociedade Científica não está recomendando esse tratamento com cloroquina. O Estado não recomendou e enviou nenhuma espécie de KIT ou nota técnica referente ao tratamento da COVID-19. O Chefe de Gabinete ,João Márcio Silva de Pinho informa que diz no respeito a vacina a ser facultativa, uma pequena correção Lei 23787, de 07/01/2021 que garante no Estado a vacinação contra o Sars-Cov-2, causador da Covid-19, e dá outras providências. O Estado segue a diretriz estabelecida na lei, nesse momento como existe uma necessidade, muito grande de vacinação, realmente não nos parece haver uma necessidade de que ela seja obrigatória nesse momento, não que isso vá permanecer durante todo o momento da pandemia. O plano está disponível e pode eventualmente aprofundar nessa atualização. Estamos em debate interno nesse momento. Apresentaremos a versão 2.0 do Plano de Vacinação para o CES-MG, não temos versão da atualizada. Com relação a comunicação, a campanha que esta sendo gerida pelo Governo do Estado com descentralização orçamentaria esta em etapa final. Sobre a aquisição de insumos, seringas de agulhas, foram 50.000.000 adquiridas em nossos contratos, agulhas específicas para atendimento a campanha

do COVID-19, cerca de 20.000.000 já entregues aos municípios. Os idosos em alta vulnerabilidade pertencentes ao grupo institucionalizados são prioritários nesta estratificação. Cerca de 35.000 registrados no sistema oficial gerido pela SEDESE. Com relação a Funed, temos dois acordos firmados, um com a MIGVAX instituição israelense e com a SINOFARMA que é chinesa. Tivemos debates que chegaram a avançar com ZIFEIK também chinesa e com a COVAX que é americana, infelizmente estes acordos que foram firmados eles não andaram de forma tão ágil, como foi o caso da CORONAC no Butantã e da Astra Zenica que foi uma das primeiras a serem divulgadas internacionalmente. O único motivo pelo qual não tivemos acordo de expressão com as demais fornecedoras, foi porque as duas instituições que tiveram andamento mais ágeis, foram os fechados com a Fiocruz e o Butantã, não tivemos sucesso com a PFIZER o acordo com a BIONTECH, foi muito expressivo. A Pfizer não estava aberta para termos um acordo. O Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais mencionou que estamos em tratativas com a CORIVAC, todos os acordos se mostram pertinentes porém há questões de acordos internacionais. Em relação aos valores fizemos uma suplementação no final do ano passado de R\$300.000.000 para a Funed e já estamos com uma negociação de suplementação para esse ano de mais de R\$100.000.000. O Centro Mineiro de Controle de Doenças e Pesquisa de Vigilância em Saúde (CMC) não se envolve nesses acordos, continuaremos debatendo essa questão. Seguimos o Plano Nacional de Imunização. O Ministério classificou os grupos profissionais de saúde, idosos acima de 75 anos, indígenas, quilombolas, os Institucionalizados, esse é o grupo um ampliado. Eu entendo como necessária a vacinação dos trabalhadores de psicologia ou outro segmento diretamente ligado ao COVID-19, que já estão no grupo prioritário. Segundo a definição do Ministério da Saúde primeiro os grupos de saúde prioritários, quem está no ILTI, os institucionalizados em deficiência, os trabalhadores tanto da Atenção Primária, quanto os Hospitais que atendem diretamente com a COVID-19. No que diz respeito à autonomia dos municípios, do Estado é o Governo Federal, existem diretrizes na Constituição informando o que é concorrencial entre os entes federados e o que não é. O PNI é estabelecido em lei e todas as diretrizes de caráter geral são do Governo Federal. Quanto as doses recebidas pelos municípios, fizemos uma divulgação do quantitativo recebido. Temos alguns sistemas que infelizmente não são atualizados pelos prestadores de serviços, como o CNES. Guardamos um contingenciamento estratégico com um formulário para receber o dado na ponta do município de forma mais rápida e nessa semana soltaremos todo esse contingenciamento estratégico que fizemos, porque o prazo para que os municípios atualizem as informações é amanhã. O primeiro estoque de vacinas: 190.000 doses: e Astrazenica da Fiocruz que chegaram ontem e cerca de 80.000 do Butantã que estão para chegar hoje. Na quarta-feira começamos a entregar aos municípios. Quanto ao retorno da Educação, ano passado fizemos um grupo de trabalho, envolvendo SEE, SES-MG com participação de vários Médicos, Infectologistas, Pediatras provocando a divisão das atividades educacionais por ondas, onda vermelha apenas as aulas práticas de saúde, onda amarela graduação e pós-graduação, onda verde a educação de forma geral, infantil, ensino médio e fundamental. Semana passada retomamos esse debate com as sociedades médicas: Sociedade Mineira de Pediatria, Associação Brasileira de Psicologia, Neuropsiquiatria infantil, e devemos retomar esse grupo de trabalho envolvendo também a Coordenação de Saúde do Trabalhador. Teremos dois focos

nesse momento atual, criança e trabalhador de Educação, professor, e os profissionais que trabalham nas escolas. A partir desse grupo de trabalho, vamos ver o que a Comunidade Médica esta pensando para esse momento atual, o que é necessário fazer e a possibilidade de algum tipo de retorno. Por exemplo, em uma onda vermelha nós teríamos algum tipo de atividade a céu aberto uma vez por semana, que possa retomar o contato social dessas crianças de alguma forma, ou alguns encontros online, alguns encontros a céu aberto. São propostas geradas em debate apresentadas posteriormente a Sociedade Médica. Os idosos nas ILPI's específicas de Hanseníase, cabe ao município fazer um encaminhamento para toda a Rede Municipal. A Prefeitura de Belo Horizonte tem que encaminhar para as ILPI's e cada município vai encaminhar para as suas. Quanto aos Servidores das instituições de longa permanência, eles fazem parte do grupo prioritário, não são só os idosos ou deficientes institucionalizados, estão incluídos. A versão anterior do Plano Nacional de Imunização está a disposição e já foi divulgada. Assim que tivermos a versão atualização desse Plano encaminharemos para o CES-MG para suas considerações. Foi muito pertinente a prestação de contas quadrimestral, a no evento Assembleia fiscaliza, o Secretario fez questão de estar presente. E sobre a necessidade de maiores investimentos no SUS, no ano de 2020 foram quase R\$7.000.000.000 de recursos. O Vice- Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, abre espaço para as considerações dos deputados presentes. A Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, informa faz consideração a Lei 23787, de 07/01/2021 Garante no Estado a vacinação contra o Sars-Cov-2, causador da Covid-19, e dá outras providências, utilizada para justificar algumas questões. A iniciativa da ALMG na minha avaliação foi oportuna, foi um projeto de lei do líder do Bloco Democracia e luta do Deputado Estadual André Quintão. O Governo não apresentou planejamento em relação a vacinação na ALMG, o Secretario não vai quando pode a ALMG, o Secretario Constitucionalmente é obrigado a prestar contas do trabalho, foi o que aconteceu em novembro quando ALMG fiscaliza nas ações de enfrentamento da pandemia Covid-19, em decorrência de ações de enfrentamento, em novembro. O Governo por meio do Secretario não apresentou planejamento em relação a vacinação, apresentou uma serie de dados que haviam sido feitos. Questionado sobre um planejamento de vacinação em Minas Gerais , informou genericamente que existia, mas não foi apresentado. Então existe uma inercia ou omissão do Governo do Estado que motivou ALMG a tomar por iniciativa própria a aprovação da lei estadual de autoria do Deputado Estadual André Quintão e teve como relator o Deputado Estadual Savio Souza Cruz. O projeto em seu primeiro artigo estabelece que: O Estado garantira a toda a população o acesso a vacinação contra o vírus SARS-CoV-2, causadora da COVID- 19 observada a obrigatoriedade do registro da vacina na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que deveria ter sido apresentado pelo Governo e citado no Plano de Imunização. O governo mencionou que as vacinas que estão recebidas, há logística para distribuição, compra de seringas que já foi amplamente divulgada, porém não foi apresentado até o momento um planejamento da entrega, e obrigatório que o Estado a forneça. Pede os seguintes esclarecimentos: Quais são as condições e ações táticas e estratégias que o Governo está adotando para cumprir o artigo primeiro da lei? O artigo segundo diz que: Para fins da vacinação terão prioridades, idosos, profissionais da saúde, quilombolas, indígenas acautelados, servidores públicos que em razão da suas atividades tenham contato direto com o publico, além de outros grupos para COVID

19 definidos em regulamento. Não vi regulamento apresentado aqui no Power point da SES-MG. Qual é o planejamento para todos esses grupos. Em Minas Gerais existe uma legislação, que segue o Governo Federal, e a lei só foi citada de forma a julgar uma responsabilidade que na verdade foi atuação propositiva da ALMG artigo terceiro. Enquanto não houver vacina contra o vírus da SARS-CoV-2 com registro na ANVISA o Estado para fins de cumprimento no artigo primeiro deverá adquirir vacinas conforme os critérios estabelecidos no inciso 8 do artigo terceiro da lei federal 13979 de 6 de fevereiro de 2020 na aquisição de vacinas nos termos do caput. Terá prioridade aquelas que puderem ser fornecidas no menor prazo. Porque a Funed não foi preparada, porque Minas Gerais não se preparou quando começamos a enfrentar a pandemia e quando surgiram os primeiros estudos, e tivemos condições de ter tratativas.. Porque no segundo semestre de 2020 o Governo não se preocupou em potencializar a Funed, o Governo se preocupou em criar o projeto de lei para fazer fusão da Funed e ESPMG. No momento da pandemia do vírus SARS-CoV-2, o Governo retirou gestores importantes da FUNED e da ESPMG porque o seu objetivos era uma suposta fusão e portanto a energia que tivemos que gastar no monitoramento da FUNED e ESP-MG, não foi respondida porque não houve investimento estrutural na FUNED para que tivéssemos em condições melhores de responder a produção de vacina. Tínhamos condições de estarmos melhor de estarmos preparados nesse momento, porém por opção política o governo não investiu na FUNED. O Artigo 4 informa que a imunização será incluída no calendário de vacinação do programa estadual de imunizações. O Artigo 5º, o Estado promoverá campanhas para esclarecer a população sobre os benefícios da vacinação que trata a lei. Vários Conselheiros questionaram sobre um plano de comunicação que não existe, a vacinação já iniciou, e o Estado não tem Plano de Comunicação para o dialogo com a população sobre a vacina. O que demonstra uma ausência de planejamento em relação à vacinação. O plano de comunicação ainda está no briefing, ainda será feito, ainda está no planejamento interno. O Artigo 6º menciona a revogação de outra lei que a ALMG aprovou e esta lei entra em vigor na data da sua publicação. A iniciativa da ALMG foi propositiva, com questionamentos do Governo do Estado quanto ao planejamento que não foi apresentado institucionalmente quando deveria ter sido. Da mesma forma e importância a FUNED, que poderia estar em melhores condições se tivéssemos gastado energia para potencializa-la e não para destruí-la através da fusão. Tivermos que monitorar durante todo o segundo semestre do ano de 2020. Para finalizar Ederson e demais Conselheiros, duas ultimas observações: eu discordo de forma veemente em comparar ambiente de trabalho de profissional da saúde e profissional da educação. Dizer que profissional educação tem que voltar a trabalhar porque o profissional de saúde já trabalha, é desconhecer as especificidades, do trabalho de cada um, é colocar um contra o outro, quero lembrar que os Diretores de Escolas estão trabalhando, auxiliar de serviços estão trabalhando, todo dia recebo noticia da morte de um profissional da rede de educação estadual por COVID 19. Essa comparação não é adequada porque desconhece a realidade de cada setor e essencialidade. As aulas na Rede Estadual não foram retomadas porque o Estado não comprovou condições de segurança nem para os seus profissionais nem para a comunidade Escolar, é por isso que as aulas não voltaram. Fica com um discurso genérico onda verde, vermelha, Médicos que não conhecem a realidade uma escola publica, associações que não conhecem e não entendem a realidade de uma escola

publica dando suas opiniões. As aulas não voltaram porque existem hoje duas decisões do Tribunal de Justiça determinando o cumprimento de condicionantes para que os profissionais voltem em condições de segurança, o Estado não cumpriu. Quando o Estado quis voltar com as aulas em outubro o Tribunal de Justiça por decisão liminar, determinou uma série de condicionantes para que a Comunidade Escolar tivesse o seu retorno. O Estado não garantiu nem aos seus trabalhadores e nem a Comunidade Escolar as condições de segurança. Essa é a realidade em relação a rede Estadual, as duas decisões são de conhecimento publico posso encaminhar ao CES-MG. Em novembro nós aprovamos um requerimento na Comissão de Saúde solicitando planejamento da vacinação e saúde um planejamento em relação a vacinação dos profissionais de Educação e em dezembro aprovamos a lei que torna obrigatório que o Estado forneça a vacinação, de forma publica e gratuita porque o nosso temor é que ocorra um grande mercado de comercialização da vacina. Não vi nessa apresentação nada que pudesse cumprir a integralidade da Lei 23787, de 07/01/2021 que Garante no Estado a vacinação contra o Sars-Cov-2, causador da Covid-19, e dá outras providências. O primeiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato de Almeida Barros, segmento trabalhador, entidade SINDSAÚDE, destacou sua grande preocupação, em razão da reclamação de alguns municípios quanto ao quantitativo de vacinas recebidas insuficiente para o atendimento a demanda da população e o cumprindo o PNI no que diz respeito aos profissionais de saúde. Municípios com Gestão plena, na primeira fase de vacinação, por exemplo, Montes Claros recebeu vacina no dia 19 e iniciou a vacinação somente amanhã dia 26 e 27. É necessário que tenhamos 70% da população vacinada, para que possamos estar impedindo a circulação do vírus . É necessário que o Estado possa estar fazendo esse planejamento com a pressão junto ao Governo Federal para que possamos estar trabalhando esse quantitativo de vacina com vistas a vacinar a todos. O CES-MG tem um papel fundamental, e peço auxilio ao Deputado Carlos Pimenta para fazer adequação dessa lei, assegurando a obrigatoriedade de vacinação no Estado para atender toda a população. É importante aprofundar nesse debate de desenvolver vontade politica como foi feito na FIOCRUZ, com vistas a ter recurso financeiro suficiente em 6 meses fazer adequação para a FUNED cumprir o seu papel social, que conta com estrutura e profissionais para desenvolver a produção de vacinas em Minas Gerais. O Deputado Carlos Pimenta, se coloca a disposição para dar sequência as discussões no CES-MG e ou na ALMG . Informa retomara na ALMG com prioridade absoluta as discussões porque a pandemia está em pleno desenvolvimento infectando muita gente o que requer atitudes a partir da Comissão de Saúde. Informa que o Secretario Carlos Eduardo todas as vezes que foi convocado compareceu, em reunião de prestação de contas, plenária com todos os deputados, desde o primeiro momento. Estão cumprindo o seu papel fundamental nesse momento, porque ao lado da pandemia do vírus temos a segregação dos idosos, o afastamento e o projeto que está em plena para os idosos é fundamental. Tenho percorrido CTI'S em todos os Municípios de Minas Gerais. Ha uma ansiedade em receber vacina sem nacionalidade o que requer segurança e eficácia, quando chegar a minha vez vou vacinar com muita alegria, é a única maneira que temos de ficar livres. Temos um plano de vacinação que o plano nacional, não existe a vacina de São Paulo ou do Rio de Janeiro existe duas que estão sendo disponibilizadas ao Governo Brasileiro a CORONAVAC do Instituto Butantã e a Astrazenica que é da

Fiocruz e todas as vacinas vão ser adquiridas pelo Governo Federal, ninguém vai comprar ou furar fila, não existe estado mais rico mais pobre temos que apostar nesse plano de vacinação do governo Federal. Neste momento estamos dependendo de países europeus, china, Estados Unidos, Índia, para que possamos ter nossas vacinas. A primeira etapa contempla os idosos, diabéticos profissionais de saúde, que estão em contato direto, trabalhando dentro dos CTI, enfermeiro, fisioterapeuta. Em seguida os acima de 75 anos, em seguida os brasileiros acima de 18 anos. Mesmo os EUA estão prevendo um milhão de vacinas por dia. E nós não temos este quantitativo no Brasil, temos que ter paciência, ter calma. O Governo tem a deputada Beatriz Cerqueira informa destaca a importância do Controle Social e a ALMG na fiscalização A minha intervenção serve para contribuição para avaliação dos Conselheiros que estão presentes. O Vice- presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva destaca a importância da presença da ALMG, e Deputados conosco em nossa reunião, elogia a integração entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Ministério Público. A Dra. Josely Ramos Pontes- Promotora de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais, informa que são órgãos de fiscalização que propõe políticas públicas para a saúde. As Conselheiras e Conselheiros apresentam suas indagações, a pedido do Vice- presidente e aguardam a ordem de inscrição. A Primeira Diretora de Comunicação e Informação do SUS, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, informa que houve uma certa celeuma em relação aos quilombolas da primeira etapa da vacinação. Foi importante o destaque na apresentação da permanência da população quilombola que está entre os grupos que foram priorizados. Acho importante reforçar isso aqui, porque temos tido informações muito desencontradas. Eu gostaria de saber se o Estado tem o quantitativo dessas populações priorizadas, Quilombolas, Ribeirinhas, falamos de outros segmentos da população, trabalhadores de saúde e da educação. Quantas pessoas dessas populações prioritárias que vão ser vacinadas? Quantas pessoas estão em cada um desses seguimentos? Em qual lugar nós estamos na fila de vacinação? Em qual momento nós vamos conseguir superar esses grupos prioritários? O planejamento está confuso. Foi dito que os municípios receberam um formulário, e tem até amanhã para preencher com informações. Nessa semana teremos o detalhamento do quantitativo dessas populações específicas? Quantas são essas pessoas? Aproveitando a presença da Dra. Josely, eu queria saber como fica a questão dos municípios que não aderiram ao Programa Minas Consciente, ou que aderiram e saíram. Ipatinga publicou uma legislação saindo do Minas Consciente, tivemos um tempo atrás uma decisão judicial que dizia da obrigatoriedade das regras de distanciamento. Gostaria de saber como isso está agora? Como podemos dialogar com os municípios? O que pode ser feito em relação as regras de distanciamento social? Porque sabemos que as regras do municípios impacta a saúde. E para finalizar, vimos no rodapé dos slides, a questão do Centro Mineiro de Controle de Doenças e Pesquisa de Vigilância em Saúde CMC. A SINOVAC procurou mesmo a Funed para produção dessas vacinas? O Estado disse não? Porque não investimos nisso? O CMC ia vir para que a Funed se transformasse em uma Biomanguinhos que está produzindo vacina? Esse debate está muito truncado. Precisamos entender melhor isso. O Vice presidente Ederson Alves da Silva informou que a Dra. Josely Ramos Pontes- Promotora de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais, vai precisar sair e gostaria de responder nesse momento. Sobre a sua indagação, Fernanda, houve o ajuizamento de uma ação por

parte do Ministério Público para tornar obrigatório o Programa Minas Consciente para os todos os municípios como se fosse uma legislação máxima a partir do planejamento do Estado. O próprio Ministério Público, ajuizou essa ação junto com o Estado no Tribunal de Justiça. E o tribunal havia inicialmente deferido a tutela para que a Legislação fosse válida para todos, mas o Supremo Tribunal Federal acabou retirando essa força vinculante das deliberações do Programa Minas Consciente e com isso todos podem deliberar. O Estado não desistiu, ele continua atuando com base nesse consenso. E o Tribunal de Justiça também e alguns outros órgão e entidades, municípios aderiram. O grande problema da decisão e que o Estado sabe muito bem disso é a força para fiscalização, não temos pernas para fiscalizar, os municípios não tem. O Estado não tem esse papel. O próprio Minas Consciente foi se perdendo apesar do Estado defender . No meio do ano houve alteração do Minas Consciente e o Ministério Público foi contrario a ela. Os municípios aderiram formalmente ao Minas Consciente. Eu trabalho na Promotoria do Barro Preto que está aberta, mesmo com o lock down e a policia e a guarda municipal passam sem autuar. O próprio Secretário de Saúde de Minas Gerais declarou que o comercio []impacta pouco na pandemia, o problema é o transporte público, a aglomeração que se forma em determinados segmentos, de qualquer forma houve essa atuação do Ministério Público e eu declaro aqui que fui contrária. Primeiro eu acho que a ação deve ser do Estado e não do Ministério Público, porque eu acho que não temos pernas para fiscalizar. Nós tivemos decisões em muitas comarcas que foram descumpridas. Eu reconheço o trabalho realizado foi muito apurado que o Estado fez inicialmente, com evidencias muitos seguras, depois flexibilização. O comitê realmente produziu evidências muito seguras, mas houve muita pressão dos municípios, muito se trabalha, não tenho duvida nenhuma disso, mas eu acho que a comunicação realmente ela se perde com relação ao isolamento. Desde o início da pandemia nós sabíamos que isso ser um problema a ser enfrentado, mas eu acho que a comunicação peca muito, nós temos um problema de comunicação muito serio, falo da imprensa, dos órgãos, da comunicação de massa. Com relação a Funed, ela já tem uma planta comprometida com a vacina de meningite e sabemos que aquilo ali não anda, não avança, há 10 anos nós lutamos para ter a transferência de tecnologia para a vacina meningite, Mas a promotoria está a disposição, agradeço enormemente o Estado pela paciência de reunir faz parte do jogo político, exercício de muita paciência tem muito que aprender. Agradeço especialmente a deputada Beatriz Cerqueira pelo empenho, é um desafio muito grande a questão da saúde mental dos adolescentes. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Livia Cozer Montenegro, segmento trabalhador, entidade ABEN, estou representando a Associação Brasileira de Enfermagem, estamos tendo durante a pandemia, denúncias de agressão aos profissionais vacinadores, isso não é novidade em outras campanhas vacinais já aconteceram. A medida que vai aumentando e ampliando as etapas de vacinação e amplia o trabalho desses profissionais e aumenta o número de agressões, isso já foi publicado em outras campanhas, eu gostaria de saber do Estado sobre a discussão de Segurança publica para proteção desses profissionais em especial nas UBS que muito em breve estarão fazendo a vacinação de toda a população. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, segmento trabalhador, apresenta sua preocupação, as SRT's receberão vacinas nas mesmas levas LTI's? O Estado já reconhece o valor da

FUNED? Vai reestrutura-la novamente? Considerando o trabalho das pessoas nos CAPS como prioridades, eles estão em contato com muitos usuários da saúde mental contaminados ou com suspeita da COVID 19. Sabendo que muitas pessoas com transtornos mentais, tem dificuldade de fazer os protocolos de cuidado, em razão da vulnerabilidade social, não posso deixar de mencionar o óbito de um usuário, CERSAN de venda Nova que faleceu dentro do Hospital e chegou para nós como negligencia. Os CAPS receberão a vacinação na segunda leva.? Ouvi dizer que o Hospital André Luiz recebeu vacina que o Instituto Raul Soares ainda não tinha recebido, isso procede? O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Rubens Silvério da Silva, segmento usuário entidade FAMEMG, informa que preciso que o Estado divulgar como as faixas etárias estão sendo vacinados. O Governo do Estado ficou esperando muito as ações do Governo Federal em razão de uma possível proposta que o Governo do Estado pudesse também entrar na fabricação das vacinas, sem nenhuma resposta efetiva. No que diz respeito à compra de vacina, alguns Estados e cidades propuseram comprar. Vamos esperar o que o Governo Federal vai fazer. Minas Gerais tem que ter iniciativa própria, tentar conseguir mais vacinas, vacinar na época certa e divulgar e procurar alternativas. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eva Alípia da Silva, entidade SIND Saúde , segmento trabalhadora, destacou a dificuldade de contratar profissionais, a necessidade de priorizar os trabalhadores que estão dentro das UPAS e Hospitais. Informa que visitaram algumas unidades e verificou que eles estão sobrecarregados. Como vai ficar a saúde mental desses trabalhadores daqui a um tempo? Tem trabalhador fazendo 10 plantões extras, para atender o usuário. Precisamos estar atentos para os trabalhadores que estão na ponta. Precisa vacinar rápido os trabalhadores que estão afastados por ser do grupo de risco, para que tenha trabalhadores suficientes para atender os usuários do SUS. Sobre a vacina destinada aos Hospitais Privados, eu defendo a classe de trabalhadores públicos, porém concordo com a destinação das vacinas aos profissionais privados. Quando o Secretario de Saúde fala que está difícil de contratar profissionais de saúde, porque tem trabalhador pedindo demissão, se faz necessário resguardar através da vacina os que estão na ponta e que estão em casa como grupo de risco. Sobre a FUNED conversamos com alguns técnicos da FUNED e os mesmos pediram que o CES-MG fizesse uma visita para constatar a real situação. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas, Claudete Liz de Almeida, entidade UGT, segmento usuário pergunta: qual a data que vai começar a vacinação? A Conselheira Estadual de Saúde de Minas, Terezinha de Oliveira Rocha, entidade FADEMG, segmento usuária, pede esclarecimento quanto a possibilidade de reação da vacina. Cobrou dos gestores a previsão de retomada do transporte coletivo, metropolitano, com impacto nos usuários, que estão prejudicados pelo risco da transmissão do COVID-19. O Vice- presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, externa sua preocupação com o plano de vacinação, e a logística de distribuição da vacina a nível nacional. A Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais informa que tem uma estratégia de vacinação, pretende fortalecer a FUNED, inclusive até procurar as Secretarias de Relações Internacionais porque sabemos das dificuldades do nosso Governo Federal com outros países. Estava fazendo interlocução com a Rússia para a vacina da Sputnik. O Governo do Estado de Minas Gerais tem uma estratégia de vacinação e percorre outras estratégias para garantir a vacinação da população mineira. Sugiro que esta pauta retorne em fevereiro com o planejamento

da vacinação. E necessário apresentar o planejamento de retorno de algumas atividades não essenciais que foram colocadas aqui para serem discutidos junto ao CES-MG. Fico preocupado porque os nossos trabalhadores da rede FHEMIG não foram vacinados, principalmente os trabalhadores da Atenção Primária, aqueles que receberam a primeira dose e vão receber a segunda dose. O Governo já tem uma estratégia? Porque eu vejo algumas discussões que as vezes é melhor dar a primeira dose para todo mundo. Alguns analistas e infectologistas falam que não é interessante. Será garantida a segunda dose para todos que tomaram primeira dose? Precisamos ter ciência da logística de distribuição das vacinas nacionais, para sermos mais protagonistas na vacinação para proteger a nossa população e nossos trabalhadores e usuários do SUS. Acho importante a participação da ALMG nesta discussão junto com ao Controle Social. Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade CRF-MG propõe que o plano ele tem que descrever o vai ser feito em etapas. O plano de imunização do Estado tem 33 paginas um modelo de distribuição com várias perguntas que não puderam ser respondidas. O Plano Nacional de Imunização são 106 paginas e não estabelecem referências, orientações, ele se limita a falar de informações sobre a vacina, citação de indicação, supervisão e avaliação, não é um Plano Nacional de referencia. Propõe que o CES-MG faça uma Resolução com vistas que o Estado apresente a revisão do Plano de Imunização na próxima reunião. O plano do Estado não pode iniciar uma segunda etapa, sem uma revisão, sem esclarecer os gargalos. A revisão deve esclarecer quais vacinas, para onde vão, sistema de controle, quem vai ser vacinado, porque, quando, onde. A estrutura apresentada ficou muito solta, faço a proposta para que possamos fazer um debate da questão técnica, em relação as suas vacinas e estrutura. O formato apresentado está vago, acho importantíssimo que o Estado antes de passar para outra fase sua estrutura seja avaliado por uma Câmara Técnica com participação da ALMG para participar desse processo . A Diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis/SES-MG, Janaina Fonseca Almeida , informa que a ultima atualização do Plano de Imunização contém um informe técnico das vacinas do Ministério da Saúde, com a priorização dos grupos. Com a distribuição e discussão com Superintendência de Atenção Primaria, e também com a Coordenação de Equidades. Essas populações tem uma priorização importante, tanto para nós, quanto para o nível central de vacinação. E todas as discussões foram realizadas em conjunto com a Coordenação de Equidades justamente para termos esse quantitativo e garantir vacinação dessas populações mais vulneráveis. Está disponível o canal do Governo para denuncias, www.ouvidoriageral.mg.gov.br O O Chefe de Gabinete ,João Márcio Silva de Pinho informa que a parceria com as forças de segurança, Policia Civil foi feita com vistas a dar celeridade a qualquer processo, roubo e investigação de vacina, a Policia Militar está disponível dentro do possível dependendo da realidade de cada município, que pode fazer articulação com a PMMG local. Os comandos já vieram no nível Estadual para essas necessidades de monitorar possíveis ocorrências da vacina. João Márcio Silva de Pinho, informa; tem o quantitativo de vacinas distribuídas no Sistema do Governo Federal e a dificuldade que o Estado tem é porque os quantitativos não são atualizados pelos municípios em uma velocidade ágil, por exemplo tivemos o caso de uma população indígena em terra homologada que não estava no sistema, tínhamos ILTI que estava desatualizada no sistema, por isso criamos esse segundo canal para de alguma forma a gente mitigar essa

desatualização, os dados do CNES estão bastantes desatualizados, Hospitais públicos, filantrópicos ou privados, essa é a nossa maior dificuldade, por isso fizemos esse contingenciamento, uma pequena reserva técnica para mitigar um pouco essa situação. Estávamos trabalhando com números de documentos do PNI que descrevia todos os grupos, grupo 1, ampliado, antes da estratificação, 14.000.000 de pessoas no Brasil em tese pegamos uma pequena proporção teríamos cerca de 1.4 milhões de pessoas em MG no grupo 1, inclui idosos acima 75 anos e profissionais de saúde, em tese grupo 2, idosos de 60 anos precisaríamos de mais de 2.8 milhões de doses, depois dos idosos de 60 anos seria as pessoas com comorbidades, qualquer idade, profissionais segurança, educação, o que o Governo já apontou que vai estratificar os idosos por causa da quantidade e deve começar acima 80, depois 75 e por ai vai. Com relação ao Programa Minas Consciente a Dra. Josely, ela explicou um pouco, primeiro o Estado trabalhava a dualidade deliberação 17 e 39, 17 bem mais restritiva e 39 do Plano Minas Consciente por adesão, então desde o inicio se o município não optasse pela 39 ele deveria estar aderente a 37, isso teve uma dificuldade nos municípios o Ministério Público entrou com uma Ação, ganhou a Ação, se não me engano foi o Município de Coronel Fabriciano, teve um ganho de causa, em tese nessa decisão não foi ampliada de forma imediata, para todos os municípios mas em tese Cel. Fabriciano, podia nem seguir a 17 se ele tivesse o seu plano com sua justificativa e argumentação e se desenvolvesse um plano adequado, ele poderia não vincular a nenhuma deliberação, discordamos dessa decisão, entendemos que as deliberações devem ser seguidas e o Minas Consciente é mais especifico, estaria fugindo da lógica do Estado de normas de caráter mais ampliada. Os indicadores, atividades, mas essa decisão Judicial vai contra o que nós pensávamos que seria mais adequado é a deliberação 17. Como o Secretario colocou a Sinovac não nos procurou, quem nos procurou foi a Sinofarme é outra empresa, nós não demos não, para nenhum acordo, para nenhuma empresa, nós efetivamente fizemos um memorando de entendimento com a Sinofarma, e com a Minvax, duas vacinas completamente diferentes, nós tentamos um aguardo com Azefei ele não evoluiu a contento, estamos tentando evoluir com a Covac e com Corivac. A FUNED não teria capacidade de fazer uma produção imediata, isso não exclui de maneira nenhuma a possibilidade de uma transferência de tecnologia em médio prazo, estávamos abertos a toda as possibilidades, cada empresa tinha o caminho produtivo da sua vacina e estava em estagio diferente. E o motivo pelo qual os testes de fase três, não terem iniciados de forma significativa não foi por falta de intenção da FUNED seja FUNED com o Presidente Maurício antes da troca ou com o Presidente Dario, a Diretoria Industrial e de Pesquisa são as mesmas lideranças, teve elas não foram trocadas, teve uma troca de liderança muito pequena na FUNED quem esta a frente dos debates tecnológicos e de produção, são as mesmas pessoas desde o inicio, desde junho se não me engano, as questões dependeram muito mais dos agentes estrangeiros, apresentar dados, fazer planejamento da fase 3 de forma efetiva para nós ajudarmos. Conversamos muito com PMMG que trabalha em escalas, com vista a auxiliar os transportes, é nas cidades polos e micro fazerem a segurança da Rede de Frios Estadual ,a PMMG pediu certo tempo para se organizar para auxiliar todos os municípios, a PM garantiu a escolta do imunobiológico ate chegar na Rede Frio Municipal até o município e eles estavam organizando a logística para dar esse apoio, junto com guardas municipais nas salas de vacinação, devemos ter uma reunião com o grupo

Rua Espírito Santo, 495 – 9º Andar – Centro.

Belo Horizonte - MG - CEP: 30160-030

Telefones: (31) 3215-7212

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

técnico da PMMG amanhã, deixei anotado e vamos procurar esse suporte que entendemos que é completamente pertinente a sua colocação, caso até essa ajuda mais extensiva da polícia tiver qualquer tipo de questão pontual, manda diretamente para a ouvidoria e para nós em copia que envolveremos as nossas regionais para dar um suporte. Respondendo a Conselheira Leida, Com relação aos ILTI's e os RCT's são perguntas mais técnicas, eu creio que eles não tiveram na determinação do Governo Federal tal como dos ILTI's existe uma categoria apartada, vou deixar anotado para verificar com mais atenção e damos o retorno via nossa assessoria posteriormente. Reconhecemos o trabalho da FUNED a questão do CMC ela não se envolve no conhecimento, nós fizemos uma suplementação muito expressiva, no ano passado foi o maior orçamento que a FUNED já teve no Estado, estamos fazendo mais um aporte para esse ano. Estamos desenvolvendo um planejamento juntamente com a Presidência da FUNED, planejamento junto conosco para nós desenvolvermos uma Unidade Fabril que vem se arrastando a muitos anos, para vermos se conseguimos evoluir de forma representativa. Todos os profissionais de saúde estarão na segunda leva, mas acredito não ser imediata para esta semana, o que veio da astrazenica e com o que o Butantan mandou para a gente, não é suficiente para todos os profissionais de saúde, vamos precisar de uma leva de vacina, são 650.000 profissionais, cerca de 1.3 milhões e temos que contar as perdas técnicas, não vamos ter isso essa semana, teremos cerca 850.000 unidades da vacina em solo mineiro. Ederson perguntou se iríamos ou não fazer uma aplicação única da Astrazenica, isso tem sido debatido, com relação a vacina do Butantan não, estamos fazendo reserva dos 50% a ideia é de replicar a segunda dose para todos, todas regionais já estão com essa informação. A da Astrazenica está sendo feito um debate no CONASS, porque ela tem uma janela de segunda dose muito maior de até sessenta dias, se a FIOCRUZ garantisse para o Estado antes dos 60 dias vão vir mais 190.000 doses já conseguimos aplicar 190.000 doses nas pessoas diferentes, mas se a FIOCRUZ o Governo Federal não garantir provavelmente iremos pela decisão de maior cautela de fazer retenção da metade e organizar com os municípios. Conselheira Leida, sobre o Hospital André Luiz e Raul Soares, não sei te confirmar agora a informação, é responsabilidade do município de BH mandar quantidade para todos os Hospitais, se o Hospital André Luiz recebeu antes ou foi por causa da rota acho bem pouco provável da SMS de BH fazer uma restrição de forma intencional, mas vamos verificar. Conselheiro Rubens, a Sinovac eu já falei, a questão de compra estamos em contato com todas as empresas desde o meio do ano passado sobre a possibilidade caso tivesse necessidade. Várias empresas deram não para nós por causa de capacidade produtiva, mesmo se tivéssemos a capacidade de fechar um contrato, a maioria delas não teria a capacidade de fechar um contrato conosco, as que ainda não deram um não, não deram um sim. De fato vamos seguir a centralização da compra a questão do Butantan da Fiocruz um eventual acordo nosso de trazer para o Brasil uma porta de entrada diferenciada, em termo de compra de fato vamos seguir o PNI e vamos comprar se houver alguma necessidade mais representativa nesse momento. A Conselheira Eva, colocou a questão das dificuldades dos profissionais, nós temos dificuldades muito grandes. A priorização dos profissionais de saúde é o nosso foco, estamos seguindo a diretriz de que primeiro as doses são destinadas aos idosos e ILPI aos indígenas e depois servidores de saúde. Respondendo a Conselheira Claudete, a vacinação iniciou no dia 18 de janeiro nos municípios A Conselheira

Terezinha, perguntou sobre reação, sinto muito eu não consigo responder, é muito técnico, eu sou Gestor, não sou profissional de saúde, acho mais fácil a equipe técnica entrar em contato para passar a questão do monitoramento sobre as reações e tudo mais. Com relação aos transportes Coletivos temos um contato muito grande e efetivo com o Ceinfra temos cobrado isso pelo grupo executivo, que é quem acompanha o Minas Consciente, a Secretaria Geral ela faz parte e tem atuado na questão e é chefiada pelo Secretario Mateus Simões, eles resistem muito a diminuição do número de ônibus, tem havido um movimento a diminuição do numero de coletivos, seja metropolitano, intermunicipal a secretaria geral tem conduzido e não é uma pauta de competência nossa diretamente. Grande parte das considerações foram tratadas no Plano de Vacinação tem parte grande em termos de logística porque a principal que compete ao Estado, é a logística direta com os municípios, precisamos sempre ter muita atenção, vamos continuar tendo a atenção a todas as questões que são do Plano de Vacinação, a Fernanda colocou muito bem a questão da informação do Estado nos preocupa muito, grande parte da reclamação dos municípios é por causa de defasagem dos Sistemas, infelizmente temos vários sistemas defasados, CNES, CADSUS que é dos ILPI's, com vão chegar até amanhã fazer uma evolução nesse sentido. Resposta para a Conselheira Gláucia; só para reforçar as empresa de ônibus elas fazem os pedidos aos Órgãos competentes para diminuir a quantidade de ônibus, chega esse pedido para os Governos Municipais e Estaduais, para diminuir o número de ônibus por causa da organização de profissionais deles, os contratos eles preveem rotas e quantidade mínimas de ônibus, em uma situação que foge disso a empresa solicita ao poder publico cada um na sua competência a diminuição de rota de ônibus em circulação e a Secretaria Geral e a Ceinfra tem sido resistente aos pedidos das empresas de diminuição de ônibus para que não tenhamos redução expressiva, seria nesse sentido. Estamos sempre abertos e se tivermos mais adendo sobre isso estaremos presentes aqui e assim que tivermos a versão nova do plano com as questões internas de atenção Primária, Vigilância e tudo mais nós compartilhamos com o CES para ter o debate que for necessário. Ederson, finaliza a reunião. Então como encaminhamento pegando a fala todos que o Estado na próxima reunião apresente o plano de vacinação, mais detalhado, com cronograma de vacinação para que possamos ter esses dados inclusive colocando inclusive a questão que a Fernanda colocou, sobre o quantitativo de profissionais a serem vacinados e podia também trazer esse ponto para outras categorias, isso seria importante, quantas vacinas serão utilizadas para a primeira fase até chegar conforme os meses de vacinação para esses grupos porque nós estamos sendo procurados, trazer um pouco dessa expectativa para a população de MG. Outra questão que temos formalizar a questão da FUNED encaminhar um oficio para que o que o Estado priorize questão da produção da vacina no nosso estado. Leida, sugeriu também trazer no plano a questão da Saúde Mental Lourdes diz que os trabalhadores de áreas essenciais que foram convocados para trabalhar que sejam colocados no plano. Fernanda Coelho, tivemos várias perguntas que foram feitas pelas pessoas que estão acompanhando a reunião pelo youtube, só gostaria de fazer uma sugestão que nós encaminhemos essas perguntas para a SES e assim que tivermos as resposta publiquemos essas respostas no nosso site do CES-MG Encaminhamento sobre a volta as aula seria importante o CES-MG participar ativamente sobre a questão da Educação. Tem um grupo de trabalho que já está formado e que debate isso e acho importante que o

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

CES participe ativamente desse debate. Então a sobre a volta as aulas a CTEP irá fazer o acompanhamento. Mauricio aproveita também e diz que tem a Câmara Técnica de Educação e Saúde para fazer um encaminhamento junto com o CES Ederson agradece a presença da Deputada Beatriz Cerqueira Deputada Beatriz Cerqueira, Um abraço para todas e todos, parabéns pelo trabalho do CES-MG e deixo nosso mandato a disposição para as lutas de fortalecimento do SUS e controle Social. Acho importante um Deputado Estadual ter uma tarefa permanente na fiscalização do poder executivo e propositivo também, atualizamos na Lei que aprovamos no final do ano passado em relação a vacinação. Quero reforçar a importância de termos um plano estratégico de vacinação no nosso Estado, o fato de termos um plano nacional não nos isenta de termos um plano estadual a exemplo que vários estados já tem este planejamento e é por isso que MG tem uma legislação própria para a lei 23787 e portanto fundamental que possamos avançar em respostas para toda a população. Parabenizo a disposição do CES-MG em debater a questão do retorno as aulas, que a Fernanda colocou muito bem, essa politização feita em relação a pandemia, é tornar o debate ideológico, isso faz um processo horrível, não debatemos conteúdo, não escutamos a ciência, só escutamos quem pensa como a gente, politica publica não é isso, uma pandemia não se enfrenta dessa forma, acho importante que o CES-MG faça o debate em relação a educação. Por que tenho visto que os Gestores tem tomado decisões ideológicas, não estão baseado em ciência, em nenhum critério científico, impondo um retorno da comunidade Escolar, sem que o Estado ou pais tenha plano vacinação efetivo que chegue ao povo, parabéns pelo trabalho nos colocando a disposição para todas as lutas de 2021. Ederson, obrigado deputada estamos a disposição também da ALMG e do mandato caso queira participar sempre conosco. Despedida da Mesa: Fernanda, acho que é isso essa reunião foi muito importante, queria agradecer a participação de todas as pessoas, acho importante da próxima vez fazermos um intervalo, porque foi muito cansativo, porque a pauta era muito densa. Que consigamos avançar nas nossas lutas em prol do Controle Social nesse ano de 2021 Renato, gostaria de agradecer de imediato a presença da Promotora Josely, nossa valorosa companheira e Deputada Beatriz Cerqueira, e pela contribuição o nosso presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, enriqueceu muito o nosso debate e nos fortalece cada vez mais de responsabilidade. Que nesse 2021 tenhamos de fato um plano de vacinação que inclua não somente os profissionais de saúde, os mais velhos, mas toda a população mineira, que possamos ainda nesse ano conseguir toda a nossa população. Júlio, queria dizer que reunião foi boa, porém ficou muito claro uma lacuna gigantesca sobre respostas, sobre o plano, sobre uma serie de outras coisas que precisam ser esclarecidas. O Professor Roberto colocou as indagações dele para as próximas reuniões e respostas eu continuo achando que nós temos que nos aproximar mais ainda, vejo um distanciamento muito grande por parte da gestão em relação ao Controle Social. Achei importantíssimo a participação do Ministério Público por meio da Dra. Josely que sempre foi uma parceira importante e agora da ALMG na pessoa da Deputada Beatriz Cerqueira e do Deputado Carlos Pimenta, esse conjunto de entidades e de pessoas poderiam consolidar como um grande Controle Social do Estado, CESMG, ALMG, Ministério Público pra podermos discutir, porque temos muitas duvidas ainda, muitas pendencias, não resolvidas, não respondidas que poderia ser na próxima reunião. Inclusive a Comunidade de Saúde, Educação, Segurança Publica, todos os

Rua Espírito Santo, 495 – 9º Andar – Centro.

Belo Horizonte - MG - CEP: 30160-030

Telefones: (31) 3215-7212

Correio eletrônico: conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

setores estratégicos estão cobrando uma resposta, querendo entender o processo, que não está claro praticamente para ninguém no Estado. Lourdes, queria agradecer a presença da Beatriz, a presença do Deputado e do pessoal da SES e que essa discussão é só o início de outras discussões em relação ao plano de vacinação porque de fato esse plano não tem necessidade de seguir o plano nacional, precisamos fazer nossas adequações regionais. Ederson agradece a presença das Conselheiras, dos Conselheiros, dos convidados a Deputada Beatriz Cerqueira, Deputado Carlos Pimenta, a Janaina da SESMG, o João Pinho que esteve conosco, toda a equipe da SESMG, todos que estavam nos acompanhando pelo youtube por acompanharem e terem encaminhado perguntas que serão respondidas posteriormente. Declaro encerrada nossa reunião, é papel do Controle Social e vamos fazer nosso papel que é cobrar do Governo do Estado a vacinação para todas e todos do nosso estado e principalmente fortalecer o SUS e nossos trabalhadores e trabalhadoras que estão na linha de frente. Muito obrigado e tenham uma ótima semana. Viva o SUS. Estiveram presentes na reunião proferida as seguintes Conselheiras e Conselheiros, e convidadas e convidados: Aline, segmento usuária, - AMAPEM Associação Mineira de Pessoas com Esclerose Múltipla, Ariete Araújo SINMED - segmento trabalhadora, Beatriz Cerqueira – Deputada Estadual PT MG, Carlos Pimenta – Deputado Estadual de Minas Gerais, Claudete Liz de Almeida – UGT – usuária, Consuelo Gonzaga – FADEMG – usuária, Cordovil Souza segmento usuários suplente – Morhan, Denilson Gonçalves – MOHAN – usuário, Carlos Eduardo Amaral – Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, Ederson Alves – CUT – Vice-presidente CESMG – usuário, Eduardo Araujo Souza, segmento usuário- MORHAN, Ethiará COSEMS/MG, Eva Alipia segmento trabalhador- Sind-Saude, Fernanda Coelho – COLETIVO BILL – usuária, Geraldo Heleno FAPMG – usuário, Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhador - CRESS-MG., Heron Martins segmento trabalhador (Conselho Regional de Odontologia MG), Ione Martins Fortunato Representante do SINTSPREV, segmento trabalhadora, Janaina Fonseca Almeida Diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis/SES-MG, João Pinho – Chefe de Gabinete SES-MG, Josely Ramos Pontes- Promotora de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais, Julio Cezar Pereira Souza – FAMEMG – usuário, Leida Uematu – Fórum Mineiro Saúde Mental – Usuária, Ligia Camargos – SES-MG, Lilinguiel Fagundes – Ministério Saúde – Gestor, Lívia Montenegro Segmento trabalhadora – ABEN, Lourdes Aparecida Machado – CRP – Trabalhadora, Magda Rodrigues – FHEMIG – Prestador, Marcio Alexandre – COSEMG – Gestor, Maria da Penha Oliveira, seguimento de Usuária, Marília Oliveira – AHFMG – Prestador, Maryane Rodrigues segmento trabalhadora, ABRALÉ, Mauricio Silva Vitor Amaral – Transvida MG-Seguimento usuários Antonio de Pádua Aguiar – CUT-MG - usuário Roberto Santana Lisboa Batista-CRFMG – Trabalhador, Renato de Almeida Barros – SINDSPREV – Trabalhador, Roberta Borges Ministério da Saúde em Minas Gerais, gestor, Rogerio Matos – COPASA – Prestador, Romulo Luiz Campos – FETAEMG – Usuário, Rosália Diniz-SEEMG – Gestora, Rubens FAMEMG – USUÁRIO e Solimar Assis – SEPLAG.